



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Licença Prévia Nº 1103200/2018

VALIDADE ATÉ

20/06/2023

PROCESSO SEMA Nº 17120024603/2017

E-PROCESSOS Nº 297350/2017

A SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA com base na legislação que regulamenta o processo de licenciamento autoriza:

NOME OU RAZÃO SOCIAL: Empresa Maranhense De Administração Portuária

ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL: Administração Portuária

CPF OU CNPJ:

03.650.060/0001-48

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

12.180.031-8

ENDEREÇO:

Porto Do Itaqui, S/n, Itaqui

MUNICÍPIO:

São Luís - MA

CEP:

65085-370

A DESENVOLVER ESTUDOS DE IMPLANTAÇÃO RELATIVO(S) ATIVIDADE(S) DE: Terminal portuário ou porto (marítimo ou fluvial) - Expansão do Porto do Itaqui em área de 623.013 m²

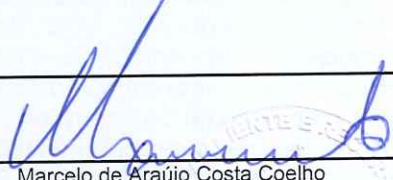
A LOCALIZAR-SE EM: Distrito Industrial de São Luís – DISAL, Módulo G, São Luís/MA.

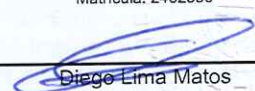
Obs.: Vide verso desta licença as EXIGÊNCIAS / RECOMENDAÇÕES

São Luis - MA **20/06/2018**



1103200/2018


Marcelo de Araújo Costa Coelho
Secretário
Matrícula: 2462356


Diego Lima Matos
Secretário Adjunto
Matrícula: 1823889

OBS.: - AS CONDIÇÕES SERÃO ESTABELECIDAS NOS ANEXOS;

- ESTA LICENÇA RESTRINGE-SE SOMENTE A VIABILIDADE AMBIENTAL;

- O PRESENTE DOCUMENTO NÃO DESOBRIGA O LICENCIAMENTO DE OUTRAS PROVIDÊNCIAS JUNTO A ÓRGÃOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS E/OU FEDERAIS PARA A LEGALIDADE PLENA DO ESTABELECIMENTO.



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 17120024603/2017

1 - Condições Gerais:

1.1 – O empreendedor Empresa Maranhense de Administração Portuária – EMAP, CNPJ nº 03.650.060/0001-48, está ciente de que esta Licença Prévia - LP atesta a localização e concepção do empreendimento denominado Expansão do Porto do Itaqui, localizado na Avenida dos Portugueses, s/n, Bairro do Itaqui, CEP: 65085-370, no Módulo G do Distrito Industrial de São Luís – DISAL, no município de São Luís, Estado do Maranhão, compreendendo 19 (dezenove) intervenções de aproximadamente 623.013 m² sendo: Ampliação de área de armazenagem de líquidos, Terminal de celulose, Terminal de fertilizantes, Terminal de carga geral, Pool de combustível, Expansão ferroviária e acessos ferroviários e 6 (seis) Berços de atracação, conforme EIA.

I. Esta licença não autoriza a supressão de vegetação na área do empreendimento.

II. Esta licença não autoriza a instalação do empreendimento.

1.2 - Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor, do atendimento às demais licenças e autorizações federais, estaduais e municipais exigíveis por lei;

1.3 - Esta Licença não é considerada como título para fins de reconhecimento do direito de propriedade ou posse do imóvel.

1.4 - A presente licença ambiental foi expedida com base em informações contidas no EIA/RIMA e demais documentos juntados pelo requerente, de sua exclusiva responsabilidade.

1.5 - A SEMA não se responsabiliza por eventual uso indevido da presente Licença, advindo de dolo ou má fé.

1.6 - A SEMA, mediante decisão motivada, poderá modificar estas condicionantes, suspender ou cancelar esta Licença, caso ocorra:

I. Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais;

II. Omissão ou falsa descrição de informações que subsidiaram a expedição desta licença;

III. Graves riscos ambientais e de saúde.

1.7 - O empreendedor deverá comunicar imediatamente a SEMA, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;

1.8 - Qualquer modificação no empreendimento somente poderá ser realizada após exame e manifestação da SEMA.

1.9 - A prorrogação desta Licença deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias do encerramento de seu prazo de validade.

1.10 - O não cumprimento das condições aqui relacionadas, assim como todo e qualquer dano ambiental provocado pelas atividades do empreendimento, será de inteira responsabilidade do empreendedor.

2 - Condições Específicas

2.1 - O empreendedor deverá apresentar, em ocasião do pedido de Licença de instalação - LI, o Plano Básico Ambiental (PBA), com detalhamentos dos planos e programas ambientais, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) devidamente quitada, juntamente com o Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal – CTF (de Atividades e Instrumentos de Defesa Ambiental) do responsável pelo estudo ambiental. O Plano Básico Ambiental (PBA) deverá conter os seguintes programas:

2.1.1 - Programa de Gestão Ambiental;

2.1.2 - Programa de Comunicação Social;

2.1.3 - Programa de Educação Ambiental;

2.1.4 - Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores;

2.1.5 - Programa de Monitoramento e Compensação da Atividade de Pesca;

2.1.6 - Programa de Gerenciamento de Riscos;

2.1.7 - Plano de Ação de Emergências (PAE);

2.1.8 - Plano de Emergência Individual (PEI);

2.1.9 - Programa de Monitoramento de Recursos Hídricos e Sedimentos;

2.1.10 - Programa de Monitoramento de Ruídos;

2.1.11 - Programa de Monitoramento da Qualidade do Ar;

2.1.12 - Programa de Monitoramento da Deposição Sedimentar da Área de Maré;

2.1.13 - Plano de Gerenciamento de Resíduos, incluindo:

2.1.13.1 - Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil;

2.1.13.2 - Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Líquidos;

2.1.13.3 - Plano de Gerenciamento de Resíduos da Saúde;

2.1.14 - Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e Plantio Compensatório;

2.1.15 - Programa de Monitoramento e Controle da Supressão Vegetal;

2.1.16 - Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna;



GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS - SEMA

Exigências e Condicionantes

Processo nº 17120024603/2017

- 2.1.17 - Programa de Monitoramento da Biota Terrestre;
- 2.1.18 - Programa de Controle de Pragas Urbanas;
- 2.1.19 - Programa de Monitoramento de Espécies Exóticas/Invasoras;
- 2.1.20 - Programa de Monitoramento da Biota Aquática;
- 2.1.21 - Programa de Avaliação Ecotoxicológica da Água e dos sedimentos;
- 2.1.22 - Programa de Monitoramento Morfodinâmico da Linha de Costa;
- 2.1.23 - Programa de Capacitação Profissional;
- 2.1.24 - Programa de Monitoramento e Controle de Processos Erosivos;
- 2.1.25 - Programa de Prospecção Arqueológica e Educação Patrimonial;
- 2.1.26 - Programa de Mitigação das Interferências no Sistema Viário;
- 2.1.27 - Programa de Monitoramento Socioeconômico;
- 2.1.28 - Plano de Auditoria Ambiental;
- 2.1.29 - Plano de Gerenciamento de Cargas Perigosas;
- 2.1.30 - Programa de Desmobilização de Mão de Obra.
- 2.2 - O empreendedor deverá apresentar também, em ocasião do pedido de Licença de instalação - LI, o Projeto Executivo Completo (acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, juntamente com o Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal – CTF de Instrumentos de Defesa Ambiental do responsável técnico).
- 2.3 - O empreendedor deverá apresentar também, em ocasião do pedido de Licença de instalação - LI, os dados primários relativos à segunda campanha do Diagnóstico de Fauna, conforme estabelecido no EIA apresentado (acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART devidamente quitada, juntamente com o Certificado de Regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal – CTF de Instrumentos de Defesa Ambiental do responsável técnico).
- 2.4 - O empreendedor deverá incluir mais 3 estações de amostragens para monitoramento da qualidade das águas e dos sedimentos no entorno do empreendimento.
- 2.5 - O empreendedor deverá apresentar um Programa de Avaliação Ecotoxicológica das águas e dos sedimentos (incluindo elutriato) nos mesmos pontos utilizados para monitoramento da qualidade da água e caracterização sedimentar.

3 - Condições Específicas – Demais Documentos:

- 3.1 - O empreendedor deverá apresentar também, em ocasião do pedido de Licença de instalação - LI, os seguintes documentos (além de outros necessários para o processo de licenciamento ambiental):
 - 3.1.1 - Autorização de Supressão de Vegetação (para APP e demais vegetações nativas) emitida pelo órgão ambiental competente, nos termos do Art. 26 da Lei Federal nº 12.651/ 2012 (Novo Código Florestal) e alterações;
 - 3.1.2 - Autorização de Coleta, Captura e Transporte de Fauna Silvestre, conforme previsto na Portaria SEMA nº 079, de 16 de dezembro de 2016, anexando ao pedido um "Programa de Resgate e de Monitoramento de Fauna", o qual deverá conter atividades de monitoramento, salvamento, resgate e destinação dos animais.
 - 3.1.3 - Apresentar medidas mitigadoras e compensatórias para cada espécie da flora e da fauna ameaçadas de extinção identificadas na área do projeto (babaçu - *Attalea speciosa*; pequi - *Caryocar spp.*; palmito-juçara - *Euterpe edulis*; goiaba-leiteira - *Pouteria furcata*; raposa-do-campo - *Lycalopex vetulus*), conforme preceitua o Art. 27 da Lei nº 12.651/2012 (Código Florestal Brasileiro).
 - 3.1.4 - Programa de Prospecção Arqueológica com implantação compatível com o cronograma das obras e com as fases do licenciamento ambiental de forma a garantir a integridade do patrimônio cultural da área.
 - 3.1.5 - Anuência da Autoridade Marítima (NORMAN 11).
 - 3.1.6 - Anuência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (conforme Portaria Interministerial 60/2015).
- 3.2 - O empreendedor deverá atender o Decreto nº 11.900/1991 que cria a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense, compatibilizando o empreendimento com os critérios de conservação, racionalidade e segurança.

